

A história dos objetos de castigo e punição a escravizados expostas no Museu do homem do Nordeste: representação, memória e os usos sociais.

Anna Karla da Silva Pereira¹

annakarlaeventos@hotmail.com

Mestranda no programa PPGH UNICAP

As inquietações para construção da pesquisa

O presente trabalho é uma análise sobre disputas, discursos e narrativas em espaços museais, em especial sobre a coleção de objetos de castigo e punição exposta no museu do Homem do Nordeste em Recife/Pe mas antes de todo arcabouço teórico que adquirimos ao longo dos estudos sobre o tema existia o incomodo, a sensação de não lugar nos espaços de memória e os conflitos nas narrativas que permeavam diferentes espaços sociais. A necessidade constante do historiador apontar novos questionamentos se fez presente nesse texto, que pretende muito mais provocar e compartilhar inquietações, do que apresentar respostas.

Pensar os museus é não apenas compreender seus espaços a partir da exposição, mas também, refletir o que não se expõe. Ao levar em consideração a responsabilidade dos profissionais no processo de hierarquização dos objetos que culmina no lugar de cada um deles dentro ou fora das exposições, entende-se que, preservar é um ato político e que são os nossos repertórios e os repertórios das instituições que irão nortear o lugar onde queremos assegurar as trajetórias e as narrativas dos vários sujeitos. As marca dos períodos de escravidão estão presentes ainda hoje pelo mundo através das várias formas de construção de discursos, muitas vezes com predominância de um olhar europeu, mergulhando as experiências de visitas nas lembranças saudosistas e estereotipadas quando não, fetichizada ao legitimar as coleções de adereços e joias, vestes e mobiliário, objetos de castigo e punição como memórias que para mim, no contexto em que se encontram, só reforçam a validação da superioridade hegemônica de uma classe sobre a outra como afirma Halbwachs:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos; também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum.

¹ Anna Karla da Silva Pereira. Mestranda do Programa de pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco, integrante do grupo de pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social na Linha 2: Relações de poder, política e instituições da Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Gestão pública. E-mail annakarlaeventos@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4410673269292960>

(Halbwachs , 2003,p.39.)

Lugares de memória e também de esquecimento seletivo, os museus desempenham um papel pedagógico junto aos cidadãos, independente das definições de educação e/ ou cidadania nas quais se baseiem e seus usos refletem na construção social da memória e da representação de grupos na sociedade, ao nos remetermos ao conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora, percebemos a configuração dessa noção em:

museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Pois, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Por tanto cultivar a memória através de referenciais externos e coletivos, constituindo-os enquanto patrimônio afetivo de um grupo faz parte do próprio conceito de identidade quanto da formação e do processo de consolidação dos Estados Nacionais modernos sendo esses espaços, além de lugares de memórias, verdadeiros templos ou parque de diversões dos exercícios de poder colonial. Entendemos, então, que a memória é um dos elementos essenciais para a construção da identidade de um grupo, de uma sociedade, de uma nação, vez que tanto individual, como coletivamente, a memória induz o sentimento de identidade e continuidade. Castells nos diz que:

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado. (CASTELLS, 2006, p.23).

A memória tem como função nos fornecer informações sobre nossa origem, identidade, posição e papel no mundo, selecionando essas informações para que possam ser transmitidas. Aferimos, portanto, a importância social da memória como ferramenta de registro, assumindo quase caráter utilitário para os indivíduos se reconhecerem e reconhecer o outro. Para Hall, “o conceito de identidade ainda é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.” (Hall ,2011,p.8) Dessa maneira, a impressão de que nossa identidade é unificada desde o nascimento até a morte é uma comodidade narrativa que construímos de nós mesmos e, sempre que confrontados com outros sistemas de significação e representatividade cultural, somos capazes de nos identificar, pelo menos temporariamente.

Penso, por fim, na ambiguidade das memórias e narrativas e nas disputas na história que escolhe-se em espaços de memória para apresentar e narrar trajetórias de sujeitos e que papel esse sujeito irá representar, onde por vezes cristaliza-se as memórias dos sujeitos negros como submissos, inertes, que não resistiram e enfrentaram o período escravista, recortando sua existência a castigos, festas e religiosidade, penso também em como, inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar com uma percepção eurocêntrica de vitória. Contudo essas memórias são objetos de disputa e poder que narram as marcas da construção sociocultural do país.

O objeto da análise

Buscaremos problematizar a participação do museu como espaços de representação e poder, analisando até que ponto as narrativas construídas a partir da exposição, demarcam e legitimam a imagem estigmatizada. O acervo na ótica desse projeto representa a fonte, e as exposições compreendem os meios de transmissão da mensagem com o público. Os museus constituem importantes espaços de produção simbólica, difundindo narrativas relacionadas com as noções de lembrança e esquecimento, silêncio e fala, preservação e destruição, tornando-se, assim, espaços de poder. Nesse aspecto, é fundamental reconhecermos os museus como um dos elementos constitutivos dessas práticas, espaços de poder legitimadores de narrativas, promotores de discursos e controladores de versões concorrentes, compreendendo que as memórias selecionadas não são neutras.

O Museu do Homem do Nordeste (MUHNE) fundado através da lei nº 6.687, de 17 de Setembro de 1979² (em Recife- PE.) foi concebido a partir dos acervos do antigo Museu do Açúcar, do Museu de Arte Popular e do Museu de Antropologia, inspirado no conceito de museu regional defendido por Gilberto Freyre. A concepção do MUHNE visava oferecer uma síntese da formação e das “gentes” que formavam o Nordeste do Brasil. Originalmente o espaço dessa história e memória foi dividido em cinco salas sendo cada uma delas destinada a apresentar elementos, objetos, instrumentos, vestimentas, imagens e outros vestígios das três principais matrizes indígena, europeia e africana que povoaram a região.

Desde sua fundação, o MUHNE sob a responsabilidade da diretoria de documentação da Fundação Joaquim Nabuco, fundada em 21 de Julho de 1949³ que tem a missão de pesquisar, documentar, preservar, difundir e atualizar o patrimônio (material e imaterial)

² .lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6687.htm.>

³ Lei nº 770, de 21 de julho de 1949.< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L770.htm>

cultural do Nordeste (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2010). Após um longo período fechado ao público para reformas o museu reabriu suas portas no dia 17 de dezembro de 2008 e permanece aberto. Atualmente seu acervo é composto de coleções caracterizadas pela heterogeneidade e variedade de objetos provenientes das casas de famílias abastadas, até objetos simples do cotidiano de famílias pobres, o acervo abriga ainda coleções de artes, brinquedos, vestuários, instrumentos de festas populares, além de objetos dos povos indígenas e outros vestígios que representam a diversidade cultural nordestina.

A expectativa do público visitante deixou de ser a da mera contemplação de objetos ditos raros para se transformar no desejo de travar uma experiência com aquilo que está sendo exposto e é através desse momento de vivência museal que se tem contato com objetos que retratam fragmentos de histórias de práticas cometidas contra um determinado povo, história que se conecta diretamente com a história do nosso país e é na busca da análise dessa experiência que essa pesquisa se apresenta. “Suponho que se engana quem pensa que há humanidade possível fora da tensão entre o esquecimento e a memória” (CHAGAS, 2005, p.24). A partir da apropriação do conceito de museus como espaço de distinção constituído como um espaço social, de disputa política, econômica e simbólica faz-se necessário refletir acerca das práticas sociais que são representadas nos espaços museais tomando como cenário o MHUNE e sua exposição permanente com objetos de castigo e punição.

Analisando a reprodução da fotografia exposta, datada de 1860, é um indício da cultura escravista no Brasil, ao expressar a ambiguidade do trabalho doméstico exercido pela ama de leite, desenvolvendo uma relação de proximidade e subordinação em relação aos senhores, essa imagem pode também ser lida como uma reprodução de convivência amistosa e familiar mesmo estando em meio a peças que eram utilizadas em práticas violentas de castigo e punição, com uma reprodução de narrativa histórica escravocrata, é de se refletir, quais leituras sociais são feitas a partir dessa imagem de convivência amistosa em meio a objetos como cepos, algemas, gargalheiras e correntes que remetem a açoites e castigos?



Foto 1: reprodução da foto de Augusto Gomes Leal, Ama de Leite Monica no MUHNE.
Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Como no espelho de Foucault as visitas do Museu podem ser refletidas, observadas e vivenciadas com as diferentes perspectivas do que é o espaço museal, o que ele sugere ser ou como o visitante o enxerga através das suas próprias e diversas vivências, o olhar do visitante e as diferentes propostas colocadas a serviço do olhar dos curadores das exposições e de sua própria história. Luzes e sombras se interpõem nesse diálogo silencioso entre objetos e visitantes e nesse momento observamos os espaços como divulgadores dos sentidos das sociedades.

O espelho, afinal é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia do espelho. Outros espaços. (FOUCAULT, 2001, p. 415).

A partir das visitas, da observação e da aplicação das noções de educação museal e sua instrumentalização através das práticas que se apresentam como democráticas, tão quanto o espelhos de Foucault, entendemos a necessidade de reflexão sobre a verticalidade e as relações de poder na exposição, mesmo que muitas vezes os discursos institucionais se contraponham aos seus reflexos, sendo esse vitrine um palco que remete a uma construção histórica, parte de um tecido social de grupos que carregam suas memórias, suas identidades e suas relações de poder diante da sociedade que estão inseridas. A difusão das narrativas históricas confere legitimidade a espaços museais no reconhecimento do passado e na construção da identidade do visitante, por outro olhar a crescente luta de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento de sua identidade tem questionado os discursos oficiais e

oficiosos sobre o passado exigindo assim, como apresenta Stuart Hall, a inclusão de novos discursos indenitários.

Alguns teóricos argumentam que o efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do Estado-nação. (HALL, 2006, p.73).

Diante disso é possível que os visitantes não se reconheçam como parte representada do espaço museal por diversos motivos, desde a posição subalterna posta, como na tentativa de se afastar de uma realidade fragmentada de violência apresentada como prática comum ou reforce ainda uma narrativa de permanência de dominação eurocêntrica e senhorial. A violência exercida contra escravizados era institucionalizada pelo estado brasileiro e os castigos infligidos aos escravos “infratores” faziam parte das práticas de controle e econômicas dos senhores, não obstante vale salientar que o poder do senhor sobre o escravo não visava destruí-lo, até mesmo porque nesse momento histórico o escravizado era para esses senhores “objetos de valor comercial” bens móveis e necessários para a produção do capital, para os senhores, os interesses visavam a obtenção do lucro, otimizando sua produção econômica e diminuindo a força política dos escravos através das práticas de submissão física e simbólicas.

É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse agente político, manifestando-se e se reativando na punição do escravo faltoso (LARA, 1988, p.116). Os cativos aprendiam a conhecer cada um desses objetos, destinados a suplicá-los, desde a mais tenra idade como também saber que qualquer falta cometida, seriam castigados por tais instrumentos. (NEVES, 1996, p.91). O reconhecimento social da prática dos castigos de escravos, no entanto, esbarrava na questão da justiça e da moderação, pois somente aplicado nessas condições corresponderia ao que dele se esperava: a disciplina e a educação.

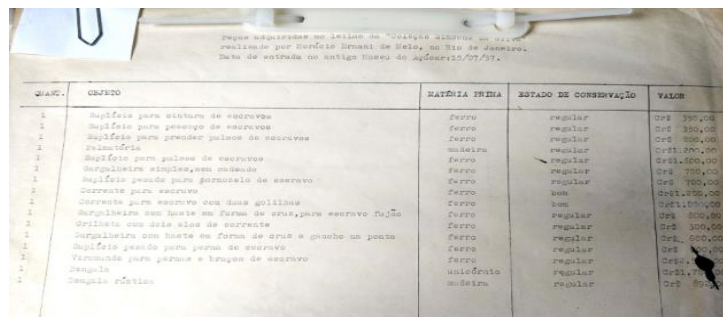
A punição injusta e excessiva provocava, por seu turno, descontentamento e revolta. Punir o escravo que houvesse cometido uma falta, não só era um direito, mas uma obrigação do senhor. Isso era reconhecido pelos próprios escravos, mas não quer dizer que os castigos eram aceitos, ou seja, por intermédio dos castigos, caberia a tarefa de educar seus cativos para o trabalho e para a sociedade. (LARA, 1988, p. 60-61). Como espetáculo, o castigo fazia parte de um ritual e era um elemento de liturgia punitiva que deixava a vítima infame de si e

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

ostentava a todos o triunfo do poder senhorial visando, simbolizar, no momento de sua execução, a lembrança da natureza do crime estabelecendo entre o suplício e o crime relações decifráveis, na certeza de anular o crime junto com o culpado. (FOUCAULT, 1987, p. 31).

Analisamos assim que apresentar esses objetos nos espaços de memória é provocar uma reflexão ao visitante sobre a situação a que eram submetidos os escravizados, mas que também deveria dialogar com a resistência e com o momento histórico em que essas práticas estavam inseridas, no caso dos museus é possível construir discursos sobre o passado das comunidades ali retratadas, passíveis de serem reelaborados e ressignificados pelos visitantes.

O acervo exposto no Museu do homem do Nordeste conta atualmente com a exposição de 16 objetos de castigo e punição, parte do acervo foi adquirido em leilão do extinto Museu Simões da Silva, que funcionou no bairro carioca de Botafogo até a primeira metade do século XX, leilão realizado por Horácio Érnane de Melo no Rio de Janeiro, dando entrada no antigo Museu do açúcar em 15/07/1957 como consta no livro de tomo e documentação do acervo do Museu ⁴.



QTD.	OBJETO	MATERIAL PRIMA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR
1	Suplício para sistema de escravos	Couro	regular	R\$ 300,00
1	Suplício para presença de escravos	Ferro	regular	R\$ 300,00
1	Suplício para prender pernas de escravos	Ferro	regular	R\$ 300,00
1	Corrente	metal	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00
1	Suplício para punição de escravos	Ferro	regular	R\$ 100,00

Imagem1: Documentação de registro das peças do acervo.
Fonte: Arquivo do Museu do Homem do Nordeste. (1957)

Uma outra parte da coleção é oriunda de doação de proprietários de Engenhos de Pernambuco como podemos verificar no documento do acervo do Museu a doação feita por Amaro Gomes Cunha Rabelo do engenho Tabarre Grana que recebeu uma carta em agradecimento em nome do Instituto do açúcar e álcool datada de 20 de abril de 1961 pelo então diretor Fernando da Cruz Gouveia, onde o instituto se colocava a colaborar com a preservação da memória referente “às gentes e as coisas dos canaviais” e doação de Onofre C filho. Que também recebeu carta de agradecimentos.

⁴ O arquivo original dos documentos encontra-se nos arquivos administrativos do Museu do Homem do Nordeste.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

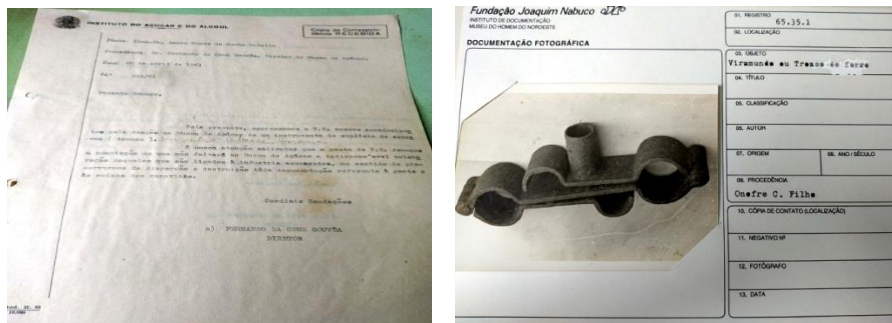


Imagem 2 carta de agradecimento do museu do açúcar a Amaro Gomes Cunha; Imagem 3. Documentação fotográfica e de registro com nome do doador.(1961)
Fonte: Arquivo Administrativo do Museu do Homem do Nordeste (1961)

Importante destacar que até o presente momento desta pesquisa as análises mostram que essas peças nunca saíram da exposição, as peças são desde a abertura do museu objetos de destaque na exposição.

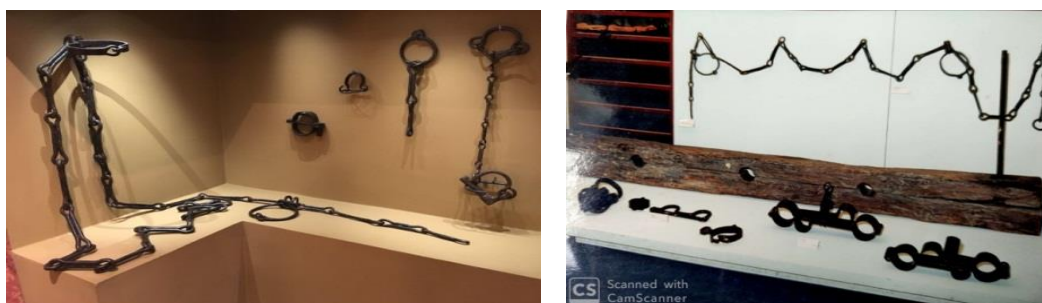


Foto 2 exposição de objetos de castigo e punição MUHNE. Fonte: Acervo Pessoal (2018) Imagem 4. Foto dos Objetos de castigo em exposição Acervo do MUHNE (1957).

O que verificamos nas pesquisas é que os objetos de castigo e suplício são mecanismos que atuavam como criação de estratégias do poder dominante e as táticas de subversão da ordem estabelecida dos escravizados, colocando em evidência os conflitos e a constante disputa para permanência do poder do dominador e a resistência dos negros e negras. O que apontamos com esse texto não é uma justificativa das ações cometidas, ou uma busca pelo apagamento dos castigos e suplícios causados a população negra escravizada, mas sim, provocar uma reflexão sobre o poder existente entre as permanências, os discursos e construção das narrativas construídas a partir das exposições museais e as dominações nos campos subjetivos dos imaginários sociais.



Fotos 5, 6 e 7 objetos de castigo e punição. Vira mundo, cepo, gargalheiras e algemas expostas no MUHNE
Fonte: Acervo Pessoal (2018).

Até que ponto ler objetos é observar a materialidade da história? Na sociedade de disputas e violências simbólicas e epistemológicas é preciso considerar a retirada da possibilidade de alguns sujeitos colocarem em disputa a história sobre a sociedade a partir de sua cultura e do poder que exerciam em determinados momentos. É necessário que possamos construir também novas perguntas sobre o não reconhecimento de alguns como sujeitos ativos na disputa das relações de poder, que implica nas permanências dos discursos de dominação, afinal não sendo sujeito não há enunciação, perpetuando a manutenção de um certo status quo, dito de outro modo a condição imutável das relações. Arelado ao fetiche do castigo e da submissão do outro.

Mesmo proporcionando níveis de ambiguidade para a leitura feita através da exposição e dos documentos da pesquisa, percebe-se a ausência dos relatos de resistência e do olhar do então subalterno, para Gayatri Spivak o uso do termo subalterno não é apenas um sinônimo submetido a outro grupo social, não possuindo posição própria legítima e se afastando de uma posição hegemônica, “os que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente” (FIGUEIREDO, 2010, p. 85). Spivak traz à tona a dualidade do termo representação, entre o “falar por” e a “representação.” (SPIVAK, 1988, p.275).

A condição de subalternidade é a condição do silêncio, para Spivak, ou seja, o subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado. Assim o subalterno é aquele que tem a fala impedida de reconhecimento e conseqüentemente escuta. para oprimidos ou para os “outros”. O termo classe subalterna passa a ser usado com a finalidade de se referir a grupos que estão fora da estrutura estabelecida de representação política (NEVES, p.64. 2010).

Essas reflexões nos levam a reflexões no que cerne a exposição dos objetos de castigo pontuando a falta de objetos e/ou demais fontes que apresentem uma abordagem da diversidade e complexidade dos mecanismos de dominação senhorial, a multiplicidade de abordagens históricas é essencial para podermos entender as variações na postura dos escravizados, pois sem resistência não haveria a necessidade dos meios de dominação e tampouco a contestação dos valores sociais estabelecidos na época, enraizado fortemente na legislação vigente. Os Museus como espaços que conferem valor aos registros de memória atuam nas permanências históricas, e entende-se que nesse caso específico sem provocar reflexões das disputas existentes promovem uma terceira via de dominação através das permanências dos discursos através das interpretações propostas que representam a tentativa de dominação intelectual pela via de pensamento escravocrata brasileiro.

A intenção do presente trabalho foi trazer à luz sobre esse acervo e provocar o debate e a reflexão buscando novas percepções e propostas para tratar à temática. Entendemos esse momento como um desafio atual e necessário onde a fetichização do castigo e o tratamento dado ao negro como exótico e submisso advindo do olhar europeu deve ser repensado, trazendo novas experiências e análises, dialogando com diversas áreas de conhecimento provocando a quebra dos estereótipos. A pesquisa também não se esgota no que tange a historicização das peças propondo ainda um aprofundamento sobre a história dessas doações e leilões, sendo assim apenas um complemento em um emaranhado de descobertas e narrativas.

Aqueles que ainda vêem o museu sob uma perspectiva tradicional, entendendo-o apenas como um depósito de coisas velhas e sem utilidade, jamais entenderão a complexidade de um lugar como esse que, muito mais do que um depositário de coisas antigas, é um sistema simbólico que atua como mediador na relação homem/mundo e que, através de objetos, fotos e palavras, constitui-se num sistema de comunicação capaz de compor um discurso museológico (CABRAL, 2006). Nesse caso, fazer uma história social da memória é refletir sobre a historicidade das memórias e das disputas constituídas nos espaços museais, sejam eles “oficiais” ou não, é interpretar o jogo de forças envolvido nesse processo, analisando as relações entre lembrança e esquecimento, entre o eu e o outro e por vezes entre o espelho e eu.

Referencial Teórico

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- CABRAL, Magaly. **A palavra e o objeto**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará, 2006.
- CASTELLS, Manuel . **O Poder da Identidade**. Editora Paz e Terra S.A, 5ª edição, 2006.
- CHAGAS, Mario. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 31, 2005.
- FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. **O direito ao grito: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector**. 2009. 111f. Dissertação (Mestrado) “Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2009.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. São Paulo: Ática, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. Ditos & Escritos vol. III
- FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco 60 anos: **Fontes para a sua história, 1949-2009**.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed., 1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p.8.
- LARA, Silvia. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- NEVES, M.F.R. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996. – (Textos e documentos; 6).
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. ISSN 2176-2767 10 (1993).
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, Sociomuseologia. Número 4. Lisboa: 1994.